

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal de Brasília (D.F.)

Class.: 399

Data 16 de outubro de 1980

Pg.: _____

Funai faz transferência policialesca, diz Cimi

A transferência "ilegal e policialesca" dos índios kaioiwá, de Mato Grosso do Sul, e guarani, de Foz do Iguaçu (PR); a "crescente militarização da Funai"; intervenção dos órgãos de segurança na política indigenista e a proposta do coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, em "amenizar" os efeitos da Constituição no capítulo referente às terras indígenas para "beneficiar fazendeiros", são as principais acusações contidas no documento final da Comissão Nacional do Conselho Indigenista Missionário, reunido em Brasília no final da semana.

No documento, os missionários afirmam que a transferência dos índios Guarani que vivem em Porto Irene, no município de Foz do Iguaçu, "evita a necessária indenização a ser paga pela Itaipu aos índios". Essas 60 famílias deverão ser transferidas para o posto indígena de Rio das Cobras e a direção da Itaipu Binacional se recusa a pagar indenização pelas terras indígenas a serem inundadas.

A comissão nacional do Cimi alerta ainda para a ameaça contra os índios Nambiquara, cujo território será "invadido" pela variante da Cuiabá-Porto Velho, e contra os índios Palikur, Karipuna e Galibi, cujas terras serão atingidas pela BR-156 (Macapá-Oiapoque).

Quanto à militarização da Funai, denuncia que "esse processo coloca em prática um programa de demissões de antropólogos e técnicos indigenistas para executar a sistemática ocupação do órgão tutor por elementos das Forças

Armadas num momento em que se declara a volta dos militares aos quartéis".

RODOVIA

A rodovia BR-156, ligando a cidade de Oiapoque a Macapá, no território do Amapá, cortará a reserva indígena da Uacá, onde vivem os índios Galibi, Karipuna e Palikur, atingindo uma extensão de 27 quilômetros com uma faixa de domínio de 80 metros. O acordo nesse sentido foi assinado no último dia 30, entre o governo do território e a comunidade indígena, segundo denúncia do Cimi.

De acordo com o Cimi, inicialmente, os índios rejeitaram a abertura da estrada, mas sofreram uma campanha alarmista, divulgada pela imprensa local, que anunciava um ataque iminente dos índios à cidade de Oiapoque. "O objetivo de tal campanha — afirmam os missionários — era claramente de jogar a população envolvente contra os índios e, ao mesmo tempo, pressioná-los no sentido de cederem às pretensões do governo do território".

De acordo com o relatório do Cimi encaminhado à presidência da CNBB, em Brasília, a estrada poderá trazer consequências sérias para os indígenas, num futuro próximo. "Os povos Kalibi, Karipuna e Galibi — diz o relatório — poderão enfrentar brevemente a mesma tragédia vivida pelos Nambiquaras, Waimiri-Atroari, Arara, Parakana, Krenhacarore e tantos outros povos que tiveram suas terras atravessadas por rodovias.